

HÁ MEDIEVAL AO SUL DO EQUADOR? UMA GRAMÁTICA DO PODER AFRICANO ENTRE O “IMPÉRIO DO MALI” E O GRANDE ZIMBABWE (SÉCULO XIV)

Otávio Luiz Vieira Pinto¹

Resumo: Este artigo tem por objetivo propor as linhas gerais de uma “gramática do poder africano” através da discussão do Império do Mali e do Grande Zimbábwe no século XIV. Amparado pela História Comparada, irei apresentar alguns aspectos da cultura política das sociedades mandê (Mali) e, através deles, irei propor formas de se entender a cultura política das sociedades bantu (Grande Zimbábwe), cuja profusão documental é escassa. Através da percepção que mandês e bantus compartilham traços ancestrais a partir de um repositório cultural nígero-congolês, proponho que a simbologia religiosa que cerca os governantes do Mali pode ser transposta também para os governantes do Zimbábwe. A partir desta “gramática do poder” mandê-bantu, torna-se possível discutir as especificidades (ou mesmo a viabilidade) de uma “Idade Média” ao Sul do Saara.

Palavras-Chave: Ghana; Mali; Zimbábwe.

IS THERE *MEDIEVAL* SOUTH OF THE EQUATOR? A GRAMMAR OF AFRICAN POWER
BETWEEN THE “EMPIRE OF MALI” AND GREAT ZIMBABWE (14TH CENTURY)

Abstract: This article aims to propose the outline of a “grammar of African power” through the discussion of the Empire of Mali and Great Zimbabwe in the 14th century. Supported by Comparative History, I will present some aspects of the political culture of the mandê societies (Mali) and, through them, I will propose ways to understand the political culture of the bantu societies (Great Zimbabwe), whose source profusion is scarce. Through the perception that mandê and bantus share ancestral traits from a Niger-Congolese cultural repository, I propose that the religious symbolism that surrounds the rulers of Mali can also be transposed to the rulers of Zimbabwe. From this mandê-bantu “grammar of power”, it becomes possible to discuss the specificities (or even the viability) of a “Middle Ages” South of the Sahara.

Keywords: Ghana; Mali; Zimbabwe.

Onde está Cresques Abraão? A África e o Espectro do Medieval

Em 1375, o então infante de Aragão, João, encomendou um conjunto de cartas náuticas com o objetivo de presentear-las ao seu primo Carlos, o jovem herdeiro da coroa francesa. A demanda foi dirigida à Cresques Abraão e seu filho Jehuda, importantes cartógrafos de Maiorca, que compuseram seis portulanos – juntos, eles representavam todo o mundo conhecido pelas sociedades mediterrânicas no século XIV.² Popularmente chamado de *Manuscrito Espanhol 30*

¹ Universidade Federal do Paraná. Email de contato: otavio.luiz@ufpr.br

² A narrativa acerca da confecção e disseminação do portulano de Cresques Abraão é relativamente anedótica. Mesmo que estas cartas náuticas não sejam assinadas, há, a partir de diversos vestígios

(ou *Atlas Catalão*),³ o mapa se inicia, à esquerda, com uma rosa dos ventos (um elemento cartográfico, até então, inédito) sobre o Atlântico e segue, à direita, passando por toda Eurásia – até chegar aos domínios chineses, chamados de *Cathayo*, e a Java, ou *Illa Trapobana*, no extremo sudeste.⁴ Ao norte, o mapa é limitado pela *Allania*, no centro, e pelo *Gog Imagog* no extremo nordeste.⁵ Já ao sul, o mapa se estende, na África, pela *Ginya*, pela *Organa* e pela *Nybia* – que é separada, pelo Mar Vermelho, da *Arabia Sebba*.⁶ Na porção sudeste, o mapa se encerra com o contorno do subcontinente indiano, com a *Illa Jana* e, como dito acima, com a *Illa Trapobana*.⁷

Além das precisas linhas de navegação que tabulam a carta, o *Manuscrito Espanhol 30* também chama a atenção pela riqueza de detalhes alegóricos. Por toda sua extensão, se vê barcos, tendas, viajantes, animais, cadeias de montanhas e figuras régias que representam suas devidas localidades. Algumas destas personagens alegóricas seguram, em seus colos, pepitas de ouro que simbolizam a

documentais, um consenso de que todas estas informações são precisas. Para mais informações sobre Cresques Abraão e a produção cartográfica maiorquina, ver NOGUEIRA, M. G. O "Obrador" do Judeu Cresques Abraham. Um Estudo sobre a Cartografia Medieval Maiorquina (Século XIV). **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 1-24, 2017.

³ Como nota Magali Nogueira, "não optamos pela utilização da denominação corrente Atlas catalão para o referido Manuscrito por compreender tratar-se de uma carta plana do ecúmeno acompanhada de textos cosmológicos e cosmográficos, não comendo, portanto, um atlas por não possuir cartas parciais; além disso, a designação de catalão, pela língua em que foi escrito, é questionada por historiadores que consideram o objeto como sendo de origem judaica maiorquina". In: *Ibidem*, p. 3.

⁴ *Cathayo* designa, historicamente, o norte da China – região em que nômades turcos e mongóis usualmente fazem parte da política e da administração, em especial a partir da fundação da dinastia Yuán, em 1271. O termo *Cathayo* deriva dos escritos de Giovanni da Pian del Carpine (como *Kitaia*), de Guilherme de Rubruck (*Cataya* e outras variantes) e outros viajantes do século XIII. Em essência, o termo se origina do etnônimo Qidân, um grupo nômade cujo ápice de poder se deu nos séculos IX e X. Cf. MOTE, F. W. **Imperial China 900-1800**. Cambridge: Harvard University Press, 2003. p. 60.

⁵ *Allania* designa os reinos medievais do Cáucaso, correspondentes à atual Circássia e Ossétia. *Gog Imagog*, por sua vez, é um termo comum e genérico para identificar a terra dos nômades das estepes eurasiáticas. Cf. DENISOV, A. Scythia as the Image of a Nomadic Land on Medieval Maps. **Studia Uralo-Altaica**, Szeged, v. 53, p. 73-83, 2019. p. 76-80.

⁶ *Ginya*, ou Guiné, é um termo genérico para a Costa Ocidental da África ao Sul do Saara; *Organa* designa a comunidade política de Canem-Bornu, no atual Chade e partes da Nigéria e Camarões. *Nybia* refere-se à Núbia, ou seja, as terras ao sul do Egito, que hoje correspondem, de maneira geral, ao Sudão. Cf. SCHMIEDER, F. Geographies of Salvation: How to read Medieval Mappae Mundi. **Peregrinations: Journal of Medieval Art and Architecture**, Gambier, v. 6, n. 3, p. 21-42, 2018. p. 25-26.

⁷ Abraão Cresques parece confundir as ilhas de *Jana* e *Trapobana*. Ambos nomes, que geram os mais populares *Ceilão* e *Taprobana*, se referem ao Sri Lanka. Neste mapa, *Jana* parece indicar o Sri Lanka e *Trapobana*, Java. Cf. LIŠČÁK, V. Mapa Mondii (Catalan Atlas of 1375), Majorcan Cartographic School, and 14th Century Asia. **Proceedings of the ICA**, v. 1, p. 4-8, 2017. p. 4.

riqueza de suas terras: é o caso do rei da *Illa Trapobana*, do rei de *Delli*, o rei da *Allania*. Duas delas, contudo, se destacam porque seguram a pepita em frente aos seus rostos, num gesto de poder e ostentação. São elas a Rainha de Sabá, na Arábia, e o rei da *Ginya*, abaixo do Saara. Este senhor da *Ginya* talvez seja uma das figuras mais famosas do *Manuscrito Espanhol 30*. Ao contrário dos outros reis e rainhas, ele possui traços únicos, como barba e cabelos crespos, um trono mais detalhado, um tom de pele mais escuro (compartilhado somente com o rei da *Trapobana*) e, além da pepita de ouro, segura também um grande cetro régio decorado com uma flor-de-lis. Para que não reste dúvida de que se trata de um líder poderoso – equiparável à mítica Rainha de Sabá ou mesmo ao Sultão da Babilônia –, o *Manuscrito Espanhol 30* traz a seguinte legenda:

Aquest senyor negre es appellat mussel melly, senyor dels negres de Gineva. Aquest rey es lo pus rich el pus noble senyor de tota esta pertida per labondancia de lor lo qual se recull en la suua terra.

Este senhor negro é chamado Musse Melly, senhor dos negros da Guiné. Este rei é o mais rico e o mais nobre senhor de toda a região por conta da abundância de ouro que se recolhe em sua terra.⁸

Musse Melly é, certamente, uma referência ao famoso Mansā Mūsā I, líder de um vasto império que, no século XIV, era centrado nas savanas do Sahel, mas se estendia do Saara às curvas do rio Níger.⁹ Nos tempos de Cresques Abraão, Mūsā I era celebrado pela riqueza que fluía de seus domínios – percepção confirmada pela legenda no canto inferior esquerdo do *Manuscrito Espanhol 30*, que lê: “partiu o navio de Jaume Ferrer a navegar o Rio de Ouro no dia de São Lourenço, 10 de agosto de 1346”.¹⁰ Da mesma forma, o burocrata damasceno Shihāb al-Dīn al-'Umarī nos conta, em seu *Masālik al-abṣār fī mamālik al-amṣār*, que Mūsā I fez uma peregrinação à Meca entre 1324 e 1325 e, ao passar pelo Egito, espalhou ouro com

⁸ O *Manuscrito Espanhol 30* ou *Atlas Catalão* se encontra na *Bibliothèque Nationale de France*, Departamento de Manuscritos – *Espagnol 30*, sob o identificador ark:/12148/btv1b55002481n. Ele pode ser acessado pela Biblioteca Digital da *Bibliothèque Nationale de France*, a *Gallica*, pelo endereço: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002481n>. Acesso em: 28/09/2020.

⁹ BELL, N. M. The Age of Mansa Musa of Mali: Problems in Succession and Chronology. **The International Journal of African Historical Studies**, Boston, v. 5, n. 2, p. 221-234, 1972.

¹⁰ *Partich l'uxer d'en Jacme Ferrer per anar al riu del or algorn de sen Lorenses a X de agost qui fo en l'any MCCCXLVI.*

tanta generosidade que a própria economia mediterrânea foi afetada.¹¹ Em outras palavras, nas últimas décadas do século XIV, o Mansã do Mali havia, literalmente, deixado sua marca no mapa do mundo de então.

Se o *Manuscrito Espanhol 30* de Cresques Abraão demonstra a curiosidade de um cartógrafo maiorquino do século XIV com relação aos diversos espaços que compunham a *Afroeurásia* de seu tempo, o mesmo não pode ser dito da historiografia acadêmica que, desde o século XIX, explora o período medieval e, em grande medida, pouco se volta para a África ao Sul do Saara.¹² Os *Estudos Medievais* nasceram como discurso europeu e, como tal, estão intimamente ligados a movimentos artísticos e intelectuais ocidentais: pré-Rafaelismo, Romantismo e Nacionalismo são apenas alguns exemplos destes movimentos que moldaram a forma de pensar e analisar a Idade Média. Naturalmente, esta genealogia gestou uma noção intrínseca aos Estudos Medievais de que a Idade Média não apenas é *européia*, como também que a Europa é o palco do desenvolvimento histórico, isto é, é o motor que engendra o interesse pela investigação histórica. Esta *centralidade* da Europa no seio dos Estudos Medievais foi erigida em detrimento do interesse por outros espaços: as comunidades islâmicas foram relegadas, maciçamente, aos Departamentos de Estudos Orientais ou de Estudos Religiosos; o mesmo pode ser dito do Extremo Oriente e do Sul e Sudeste Asiático – e, naturalmente, os grupos nativos das Américas sequer são entendidos como *Medievais*, mesmo quando as civilizações mesoamericanas ocupam, efetivamente, o espaço cronológico da Idade Média.¹³ Neste sentido, a África também é pouco incluída no âmbito do Medieval. As porções do norte, isto é, o *Maghrib*, são usualmente entendidas como espaços islamizados – quando não *árabes* – e, por isso, relacionadas aos núcleos de poder da Ásia Ocidental ou de *al-ʿAndalus*; as porções do leste, como a Etiópia e as cidades portuárias da Costa Suaíli eventualmente figuram em estudos religiosos ou

¹¹ LEVTZION, N.; HOPKINS, J. F. P. (ed.). **Corpus of Early Arabic Sources for West African History**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2011.

¹² Sobre o uso do termo *Afroeurásia*, ver: SILVEIRA, A. D. História Global da Idade Média: Estudos e Propostas Epistemológicas. **Roda da Fortuna**: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, v. 8, n. 2, p. 210-236, 2019. p. 213.

¹³ GEARY, P.; KLANICZAY, G. (org.). **Manufacturing Middle Ages**: Entangled History of Medievalism in Nineteenth-Century Europe. Leiden: Brill, 2013.

em estudos sobre as trocas comerciais índicas – contudo, sempre *fora* do que se compreende, tradicionalmente, como *Idade Média*.

Esta perspectiva, bastante tradicional, vem sendo devidamente questionada nas últimas décadas. A onda epistemológica dos Estudos Pós-Coloniais, dos Estudos Decoloniais e da História Global vem, cada qual à sua maneira, trazendo novas posturas para os Estudos Medievais. Assim, muito se fala em *Decolonizar a Idade Média* ou mesmo da necessidade de que pensemos em uma *Idade Média Global*. De certa maneira, para além das especificidades metodológicas dessas diferentes correntes, o que está no centro de todas é uma proposição simples: “deseurocentrar” o Medieval. Isto é, incorporar efetivamente, ao nosso entendimento e às nossas análises, o protagonismo do Islã, a importância das grandes rotas comerciais e dos amplos contatos culturais, a preponderância de documentos e tradições em múltiplos idiomas, entre outras medidas.¹⁴

A partir desta *Globalização* – ou mesmo *Decolonização* – do Medieval, o *Manuscrito Espanhol 30* de Cresques Abraão volta a ganhar peso. A imponência de Mansã Mūsā I e do ouro da *Ginya*, tão centrais no mapa, evidenciam justamente este protagonismo não-europeu buscado pelos “novos” Estudos Medievais. Ademais, este caso é ainda mais emblemático porque traz não apenas a preponderância de um espaço não-europeu como também de um espaço africano ao sul do Saara. Assim, um personagem do *Bilād as-Sūdān*, isto é, da “África Negra”, toma o centro da visão de mundo mapeada por Cresques Abraão.

Ainda que Mūsā I figure no mapa com tremenda importância, o *Bilād as-Sūdān*, em termos geográficos, é limitado pelo próprio conhecimento do século XIV. Assim, abaixo do Saara (representado por uma linha contínua desenhada em tom marrom), as cidades mais austrais são *Tenbuch* (Tombuctu), *Geugeu* (Gao) e *Ciutat de Melly* (“Mali”, a capital, possivelmente Djenné ou Niani); para além delas, resta apenas um corpo d’água – possivelmente o rio Níger – que efetivamente encerra a porção africana do mapa.¹⁵ Cresques Abraão, assim como boa parte de seus contemporâneos, não conhecia o continente africano para além do Sahel. Para os

¹⁴ ALTSCHUL, N. R. Postcolonialism and the Study of the Middle Ages. *History Compass*, Hoboken, v. 6, n. 2, p. 588-606, 2008.

¹⁵ FAGE, J. D.; TORDOFF, W. *A History of Africa*. Milton Park: Routledge, 2002. p. 312.

Europeus, a África equatorial, marcada pelas florestas tropicais e pelos lagos do Vale do Reborde, seria uma *Terra Incognita* ainda por muitos anos. Ironicamente, esta afirmação é especialmente válida para os Estudos Medievais: por mais *globais* que sejam, historiadores e historiadoras, assim como Cresques Abraão, dificilmente levam suas investigações para além do rio Níger.

Não há, então, *Medieval* ao Sul do Equador? Não há maneira de narrar a História das porções sul da África dentro do grande quadro dos Estudos Medievais Globais? Ou, como no caso da Mesoamérica, as civilizações africanas, da Bacia do Congo ao deserto do Kalahari, devem permanecer relegadas aos campos da antropologia e etnografia? Para responder a esta pergunta, é necessário, antes, entender quais são, afinal, estas civilizações. Se tomarmos como parâmetro os séculos que tradicionalmente compõem o que se entende por *Idade Média* (do século V ao século XV) teremos, além dos “reinos sudaneses” já conhecidos por Cresques Abraão, uma série de reinos, sultanatos e cidades independentes que surgem na costa oriental, desde a Etiópia até o atual Moçambique – estes grupos são mais bem conhecidos porque, de uma maneira ou de outra, estão inseridos nas narrativas históricas do Islã ou das rotas comerciais índicas. Para além destes, nosso conhecimento se torna mais rarefeito. No entorno do Nyanza (ou lago Vitória), se estendendo pelos atuais Uganda, Ruanda e Burundi, havia *Kitara*, um “império” fundado pela mítica dinastia dos Batembuzi;¹⁶ seguindo pelo interior da Bacia do Congo, havia *Luba* e *Lunda*, grandes agrupamentos políticos espalhados pela Depressão de Upemba e que, hoje, correspondem à regiões da República Democrática do Congo, Angola e Zâmbia;¹⁷ entre o Atlântico e os rios Kwango, Congo e Kwanza (atuais Angola, República Democrática do Congo, República do Congo e Gabão), havia o famoso *Wene wa Kongo*, o “Reino do Kongo”, tão caro aos estudantes do Império Português.¹⁸ Contudo, é seguindo mais ao sul, ao longo do Vale do Zambeze e do Vale do Limpopo, que encontramos o que foi, possivelmente, um dos maiores grupos políticos da África ao Sul do Saara: o *Dzimba dze Mabwe*, a

¹⁶ DUNBAR, A. R. **A History of Bunyoro-Kitara**. Oxford: Oxford University Press, 1965. p. 10-17.

¹⁷ M'BOKOLO, E. **África Negra: História e Civilizações**. Salvador: EDUFBA, 2008. T. 1. (até o Século XVIII), p. 551-566.

¹⁸ PANTOJA, S. **Uma Antiga Civilização Africana: História da África Central Ocidental**. Brasília: Editora UnB, 2011. p. 45-84.

“Grande Casa de Pedra”, comumente chamado de Grande Zimbabwe.¹⁹ Apesar de pouco discutida (e pouco investigada), a cultura do Grande Zimbabwe deixou importantes vestígios arqueológicos e ruínas impressionantes – através dos quais é possível conjecturar uma série de dados históricos.²⁰

Não temos como estipular, com exatidão, as balizas cronológicas destes grupos políticos. Podemos, contudo, estabelecer algumas afirmações gerais: todos eles existiam durante o século XIV (contudo, é provável que muitos deles já existissem desde, pelo menos, o século X); e todos eles, apesar da diversidade étnica que os compunha, eram “reinos bantu”, isto é, governados por dinastias que compartilhavam entre si características culturais e linguísticas ancestrais. Os grupos bantu, ao lado dos grupos mandê, compõem o quadro cultural da África ao Sul da Saara em sua quase totalidade.²¹ Se aplicarmos o mesmo binômio bantu/mandê para a seara política, teremos os “reinos” mandê na África Ocidental – como o Mali de Mūsā I – e os “reinos” bantu na África Central e Austral – como Kitara, Kongo e Zimbabwe. Se pouco sabemos sobre os “reinos” bantu durante os séculos tradicionais da Idade Média, o mesmo não pode ser dito dos “reinos” mandê: em termos documentais, temos mais abundância nos relatos acerca do Sahel. A partir desta realidade, meu objetivo, neste artigo, será o de propor, em linhas muito gerais, uma “gramática do poder africano pré-Moderno”, isto é, uma tipologia de categorias e práticas políticas a partir de uma comparação entre o “Império do Mali” e o Grande Zimbabwe. Em termos históricos, ambas estruturas políticas exerceram influência hegemônica sobre uma grande área e se assentaram sobre fartas minas de ouro, o que as permitiu crescer a partir do controle de rotas comerciais e do contato com grupos externos. Acima de tudo, ambas estruturas políticas foram coevas e atingiram seu ápice político e comercial entre os séculos XIV e XV. Desta forma, propor uma *História Comparada* a partir do binômio

¹⁹ No decorrer deste texto, usarei os termos *Zimbabwe* e *Zimbábue* de forma diferenciada: enquanto o primeiro designa a cidade e a cultura pré-Moderna da região, o último se refere ao país atual (República do Zimbábue).

²⁰ HALL, M.; STEFOFF, R. **Great Zimbabwe**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 18-40.

²¹ FOURSHEY, C. C.; GONZALES, R. M.; SAIDI, C. **África Bantu: de 3500 a.C. até o Presente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019. p. 21-22; DIMMENDAAL, G. J. Areal Diffusion versus Genetic Inheritance: An African Perspective. In: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (org.). **Areal Diffusion and Genetic Inheritance: Problems in Comparative Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 358-392.

bantu/mandê (isto é, Zimbabwe/Mali) torna palpável a possibilidade de se narrar uma História ampla das características políticas de uma “Idade Média Africana”.²²

Nos campos de ouro: os potentados mandê

Uma grande parte das línguas faladas na África ao Sul do Saara parecem compartilhar um ancestral comum, conhecido academicamente como proto-nígero-congolês.²³ A linguística histórica aponta que este idioma era falado na atual Nigéria muitos milênios atrás, denotando, portanto uma *Urheimat*, uma “terra de origem” para um povo africano que, ao longo do tempo, dividiu-se em centenas de novas famílias linguísticas e grupos étnicos. Dos grupos derivados da antiga expansão nígero-congoloesa, os bantu e – ao que tudo indica – os mandê acabaram formando as maiores sociedades.²⁴ Enquanto os primeiros se espalharam pela África Central, pela África Oriental e pela África Austral (portanto, pela Bacia do Congo, pela Costa Suaíli e pela Bacia do Zambeze), estes últimos se espalharam pela África Ocidental. Assim, culturas arqueológicas identificadas ao longo da Bacia do Níger, como a urbanizada Djenné-Djenno (século III AEC), apontam para as complexas formações políticas e sociais deste grande grupo etnolinguístico.

De tal modo, por volta do século IV EC, subgrupos mandê, como os soninquê, já haviam sedimentado uma vasta sociedade cujos domínios se estendiam pelas atuais Mauritânia, Senegal, Guiné e Mali. O líder guerreiro desta civilização era conhecido como *Gàjànṅàaná*, ou, mais popularmente, *Ghana*.²⁵ Estes soninquê, talvez auxiliados pelo controle relativamente centralizado do *Ghana*, forjaram importantes contatos comerciais com os imazighen, os “berberes” do deserto que, no lombo de camelos, transportavam ouro sudanês através da

²² O termo “Idade Média”, aqui, é usado de forma bastante liberal. Esta cronologia tipicamente europeia pode ter um potencial de confusão e apagamento maior do que seu potencial de investigação e divulgação. Dito isso, emprego, neste texto, a cronologia medieval com a intenção de criar *contraste* e localizar leitores e leitoras, mais do que defender uma ideia acrítica de “Idade Média Africana”.

²³ FLORIN, J. L. Prefácio. In: PETTER, M. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 11.

²⁴ VYDRIN, V. Toward a Proto-Mande reconstruction and an etymological dictionary. In: POZDNIAKOV, K. (org.). **Faits de Langues**. Leiden: Brill, 2016. p. 119-120.

²⁵ DIAGANA, O. M. **Dictionnaire Soninké-Français**. Paris: Karthala, 2013. p. 63.

vastidão do Saara. A prosperidade comercial permitiu que os soninquê forjassem um verdadeiro império, que passou à História como o “Império do Ghana”. Localmente, tradições orais dão conta de nos revelar o nome deste império: *Wàgádù*, ou “Terra dos Wago – *Wago* eram, provavelmente, os principais grupos ou agrupamentos dinásticos Soninquê.²⁶ *Wàgádù* segue em franco crescimento até o século X, conquistando inclusive a cidade de Audagoste, na atual Mauritânia.²⁷ A partir do século XI, contudo, esta comunidade política entra em declínio – possivelmente por conta de razias nortenhas por parte dos Almorávidas.²⁸ Nesta altura, *Wàgádù* já era plenamente muçulmana e conhecida por viajantes e escritores árabes e andaluzes, como Idrīsī e al-Bakrī. Assim, através do poder comercial e do contato com o Norte da África, os domínios do *Ghana* (um dos mais importantes bastiões políticos da África ao Sul do Saara) marcaram sua presença nas narrativas históricas da *Afroeurásia*.

Entre os séculos XI e XIII, *Wàgádù* passa a coexistir em maior paridade com cidades e dinastias que, antes, certamente eram submetidas ao *Ghana*, como Gao, Sosso e Takrur. Por um curto período, durante o século XIII, o povo Sosso tornou-se hegemônico na região sob o domínio de seu mítico rei-bruxo, Súmanguru Kánte. Contudo, em 1235, durante a batalha de Kirina (atual Koulikoro, Mali), Súmanguru e os Sosso foram derrotados por Sùnjáta Keita, líder de uma emergente sociedade de origem mandê – os mandinga. Após essa vitória, Sùnjáta abandona o título de *Faamaa*, “rei” (literalmente “pai” em mandinga) e assume o pomposo epíteto de *Mansā*, “imperador”. Para a historiografia, este é o momento em que a dinastia Keita funda o “Império do Mali”, ou *Mànden Kúurufáaba*, a “Grande Congregação dos mandê”.²⁹

Grosso modo, o *Mànden Kúurufáaba* tem sua data de fundação estipulada, portanto, em 1235 e de derrocada em 1610, quando o domínio se fragmenta em decorrência da crise sucessória após a morte do último Mansā hegemônico,

²⁶ MONTEIL, C. La Légende du Ouagadou et l'origine des Soninké. **Mémoires de l'Institut français d'Afrique noire**, Dakar, n. 23, p. 359-408, 1953. p. 360-365.

²⁷ McKISSACK, P.; McKISSACK, F. **The Royal Kingdoms of Ghana, Mali and Songhay: Life in Medieval Africa**. Nova Iorque: Henry Holt & Company, 1994. p. 5-14.

²⁸ MACEDO, J. R. **História da África**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 51-55.

²⁹ DUMESTRE, G. **Dictionnaire Bambara-Français, suivi d'un index abrégé Français-Bambara**. Paris: Karthala, 2011. p. 553.

Maḥmūd Keita IV. A partir de 1610, o “império” se fragmenta em diferentes esferas de dominação, com variados grupos mandinga governando regiões ou cidades como Kangaba, Joma, Djenné, etc.³⁰ O ápice deste poderio, contudo, se dá justamente no século XIV, nos tempos de Mansā Mūsā I.

Mūsā I foi o décimo Mansā do Mali, tendo governado entre 1312 e 1337, período em que o Mali atravessava sua “Era de Ouro” – literalmente. Com um domínio territorial que se estendia por vultuosos depósitos minerais, como as minas de Bouré e Bambuhu, localizadas respectivamente nas margens do rio Sankarani (tributário do rio Níger) e do rio Senegal, os Mansā controlavam um grande volume de ouro que movia a economia do mundo mediterrânico.³¹ A pujança mandinga atraiu os olhos e penas de diversos expectadores – como viajantes e burocratas muçulmanos, ou mesmo cartógrafos como Cresques Abraão –, o que contribui para que tenhamos, hoje, uma boa quantidade de informação acerca das estruturas de poder malinesas.

Assim, ao tratarmos do *Mànden Kúurufáaba* em seu “ápice medieval”, isto é, entre os séculos XIII e XIV, podemos notar algumas das especificidades de suas estruturas de poder. Como nota José Rivair Macedo, a hegemonia dos Mansā era devida a três fatores principais: poderio militar, pujança comercial e eficiência administrativa.³² Do ponto de vista do controle interno, o poderio militar era fundamental, visto que a aliança entre o Mansā e seus súditos era selada com o oferecimento de guerreiros treinados – como arqueiros, lanceiros e cavaleiros. Do ponto de vista da ascendência externa, o controle das minas de ouro garantia que o Mali fosse basilar para a sustentação das rotas transaarianas, o que garantia um certo balanço diplomático com o *Maghrib* e com as caravanas dos imazighen. Já a eficiência administrativa pode ser entendida como uma estratégia de delegação de

³⁰ Neste caso, “fragmentação” não significa, necessariamente, desaparecimento. As regiões mandê, entre os séculos III e XIX, passam por variados períodos de hegemonia, expansão e controle. Contudo, mesmo diante destes movimentos políticos, instituições locais se mantêm com notável solidez. Kangaba, uma das sociedades que preenche o vácuo deixado pelo fim do governo da dinastia Keita, possuía seu “trono local” que antecede a hegemonia Keita e o mantém até hoje. Para mais, ver JANSEN, J. The Representation of Status in Mande: Did the Mali Empire Still Exist in the Nineteenth Century?. **History in Africa**, Cambridge, v. 23, p. 87-109, 1996.

³¹ CURTIN, P. D. The Lure of Bambuk Gold. **The Journal of African History**, Cambridge, v. 14, n. 4, p. 623-631, 1973. p. 623-625.

³² MACEDO, J. R. *Op. Cit.*, p. 56.

poder, visto que grandes áreas da África Ocidental eram governadas por *Farbā*, representantes do Mansā que garantiam a o espalhamento e a manutenção do governo central mandinga. Outros funcionários, como os *Qāḍi*, também eram enviados para diferentes regiões do Mali na condição de “juízes”, fiscais e guardiões da palavra do Mansā – palavra esta que tinha o peso da ancestralidade e da lei.³³

Alguns destes elementos – poder militar e econômico – podem ser vistos no relato de Shihāb al-'Umarī. O damasceno nos diz que, no Egito, ouviu “as conversas sobre a chegada deste sultão, Mūsā, durante sua peregrinação e encontrou os caiotas ansiosos para narrar o que eles viram do prodigioso gasto dos africanos”.³⁴ Al-'Umarī segue descrevendo a quantidade de ouro que “Mūsā e seu *entourage*” trouxeram e gastaram durante a viagem, demonstrando que, em termos logísticos, o Mansā deve ter partido do Mali com um altíssimo número de pessoas, camelos, provisões e caravanas. Pode-se argumentar que o exagero desta comitiva visava causar espanto aos sultões e governantes do caminho não apenas pelo seu número, mas também pela mensagem de que o Mansā do Mali *governava* e *liderava* uma multitude de nações. Por isso, nos relatos ouvidos por al-'Umarī, Mūsā está sempre falando de povos e súditos – não necessariamente de extensões de terras.³⁵ Parece que, na concepção de poder mandinga, a autoridade se mede em *pessoas*, não em *terras*.

Para além destes três pilares, há ainda uma estrutura ideológica (e simbólica) que sustenta o papel político e cultural do Mansā dentro do universo das sociedades mandiga – e do “Império do Mali” nos séculos XIII e XIV especificamente. O Mansā, afinal, não pode ser apenas um líder de guerreiros e um senhor de minas de ouro; é necessário que ele encarne os conjuntos simbólicos da comunidade, que ele esteja imantado também com uma forma de poder metafísico. Em outras palavras, o principal papel do Mansā é ser um canal com a ancestralidade, um elo vivo entre passado e presente. Como líder de sua

³³ *Ibidem*, p. 56-57.

³⁴ LEVTZION, N.; HOPKINS, J. F. P. *Op. cit.*, p. 269.

³⁵ *Ibidem*, p. 264-274.

comunidade, ele é a *tradição viva*.³⁶ Não há indivíduo sem comunidade, e não há comunidade sem uma história ancestral, de forma que o governante não é apenas um chefe político, mas também um pilar espiritual. Como aponta Amadou Hampâté Bâ, sociedades mandê – ou melhor, boa parte das sociedades do tronco nígero-congolês – possuem um forte culto aos ancestrais, o que acaba gerando também um forte senso comunitário.³⁷ A presença espiritual dos ancestrais nas crenças mandê engendra, por sua vez, uma relação idiossincrática com o tempo, fazendo com que o passado seja constantemente reavivado no presente através das práticas sócio-religiosas. Assim, o Mansã se torna um imprescindível instrumento social para a operação deste reavivamento da ancestralidade.

Toda esta importância é transmitida, também, pela visualidade. Segundo os relatos de al-'Umarī, os Mansã do Mali possuem, em seus palácios, um grande trono de ébano (*dakka*) assentado sobre um estrado (*maṣṭaba*) que, por sua vez, tem suas laterais decoradas com grandes presas de elefante. Ao lado do trono, repousam uma espada, uma javalina, uma aljava, flechas e um arco, todos de ouro. Atrás, ficam 30 escravizados em posição de guarda. Ademais, o Mansã veste um turbante amarrado sob o queixo e calças em um estilo que só a ele é permitido. Em meio a tanta opulência, um detalhe chama a atenção: a presença do *šā'ir*, um poeta que faz o intermédio entre o Mansã e o resto da população. O que al-'Umarī chama de *šā'ir* é, na verdade, o *jàli*, um “poeta-historiador” da tradição mandê.³⁸ Neste contexto político, a função do *jàli* era a de, literalmente, *falar* pelo governante – por conta de seu papel espiritual/ancestral no seio da comunidade, a voz do Mansã era entendida como um elemento divino dotado de potência criadora, de forma que ninguém, além do *jàli*, deveria ter contato com este poder. Assim, quando al-'Umarī

³⁶ HAMPÂTÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO, J. (org.). **História Geral da África I**. Metodologia e pré-história da África. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982. p. 181-218.

³⁷ *Ibidem*, p. 182-183.

³⁸ Também conhecido pelo termo francês *griot*, o *jàli* possui uma função social fundamental nas sociedades da África Ocidental. Seu papel é registrar a memória em forma de poesia, de música ou de performances públicas. Assim, os *jàliw* (plural de *jàli*) são historiadores, poetas, artistas, músicos, contadores de histórias, diplomatas, intérpretes e guardiões da tradição por meio da oralidade. Ainda que esta função social possa variar temporal e geograficamente, os *jàliw* são peça fundamental na compreensão da história (e da transmissão oral/documental) da África mandê desde, pelo menos, os tempos de Sùmanguru e Sùnjáta Keita. Para mais informações sobre o papel do *jàli* e a natureza do registro oral na África Ocidental, ver GOMEZ, M. A. **African Dominion: A New History of Empire in Early and Medieval West Africa**. Princeton: Princeton University Press, 2018. p. 61-91.

afirma que Mūsā, no Egito, conversava “somente através de um intérprete, apesar da habilidade de falar perfeitamente o idioma árabe”,³⁹ ele involuntariamente atesta o poder que a palavra do governante possuía entre os mandê. Situação semelhante pode ser vista nos relatos do viajante marroquino ibn Baṭṭūṭa: enquanto esteve no Mali, entre 1352 e 1353, ibn Baṭṭūṭa teve a oportunidade de encontrar vários oficiais, incluindo o governante Mansā Sulāymān Keita, irmão de Mūsā I. Um destes oficiais, o *Farbā* Ḥusayn, representante do Mansā em Ualata, ao receber a caravana de comerciantes na qual viajava ibn Baṭṭūṭa, se dirigiu a eles “através de um interprete, num sinal de desprezo”.⁴⁰ Aqui, o que o marroquino erroneamente interpreta como desprezo, pode ser na verdade entendido como um sinal de manutenção desta tradição percebida também por al-'Umarī: a importância social do governante faz com que sua própria voz seja carregada de poder e, portanto, reservada para situações específicas.

Para além dos relatos externos de al-'Umarī e ibn Baṭṭūṭa (ou de outros expectadores muçulmanos, como ibn Khaldūn),⁴¹ as tradições orais resguardadas pelos *jàliw* mandinga e transmitidas até hoje em forma de canções e poesias épicas ajudam a reforçar esta perspectiva espiritual e metafísica do Mansā. Narrativas que contam a vida e os feitos de Súmanguru⁴² ou Sùnjáta⁴³ nos mostram que esses líderes eram considerados pessoas especiais, seja por conta de poderes mágicos extraordinários, seja pela posse de objetos ou amuletos encantados, ou seja, por conta de favorecimento vindo do plano dos espíritos ancestrais e do poder de suas linhagens.⁴⁴ Este papel especial que os governantes ocupam no tecido sócio-histórico dos mandê reforça, então, a agência criadora que acompanha os desígnios do Mansā e que cria não apenas sua aura simbólica como também sua atuação

³⁹ LEVTZION, N.; HOPKINS, J. F. P. *Op. cit.*, p. 269.

⁴⁰ THE TRAVELS of Ibn Battuta, AD 1325-1354. Translation of GIBB, H. A. R. and BECKINGHAM, C. F. Surrey: Ashgate, 2010. v. 4, p. 950.

⁴¹ LEVTZION, N. The Thirteenth- and Fourteenth-Century Kings of Mali. **The Journal of African History**, Cambridge, v. 4, n. 3, p. 341-353, 1963.

⁴² SAKO, A. **The Epic of Sumanguru Kante**. Edition of BULMAN, S. and translation of VYDRIN, V. F. Boston: Brill, 2017.

⁴³ NIANE, D. T. **Sundiata: an Epic of Old Mali**. Burnsville: Demco Media, 1995.

⁴⁴ BOUBOU, H.; KI-ZERBO, J. Lugar da História na Sociedade Africana. In: KI-ZERBO, J. (org.). **História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História Africana**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 23-36; HAMPATÉ BÂ, A. *Op. Cit.*, p. 196-202.

terrena e espiritual no âmbito da comunidade – e que se torna bastante evidente nos testemunhos dos *jàliw* malineses.

Assim, é possível, a partir dos breves dados levantados, sumarizar alguns dos mais importantes elementos que sustentam o poder na sociedade mandê do século XIV. Temos, de um ponto de vista mais pragmático, a concessão de soldados, servos e escravizados que é devida, ao Mansã, pelas várias comunidades que se encontram sob seu comando, de forma que a autoridade do governante deve ser medida não necessariamente pela extensão de terra de seu “império”, mas sim pelo capital humano que forma seu contingente. Este capital humano é alimentado não apenas pela autoridade terrena e espiritual do Mansã, mas também pelo peso da economia malinesa – o ouro extraído das vastas minas da bacia do Níger faz do *Mànden Kúurufáaba* um jogador de peso nas rotas transaarianas, garantindo a opulência material do governante e, por consequência, sua capacidade de exercer generosidade e abundância diante de sua comunidade. Esta comunidade, por sua vez, é interligada através de estratégias administrativas baseadas na delegação de comando aos *Farbã* e na autoridade jurídica dos *Qādi* que se espalham por diferentes cidades e regiões da África Ocidental. Todos estes elementos, contudo, precisam ser compreendidos sob o prisma do poder espiritual e ancestral: talvez o mais importante e peculiar elemento do poder mandê seja, então, o *papel espiritual* do Mansã. Dotado de capacidades criadoras e de funções metafísicas, o governante mandinga funciona como o grande bastião simbólico do passado, do presente e do futuro de sua comunidade. Assim, pela natureza intrínseca à própria figura do Mansã, seu poder extrapola a personalidade física do governante e se torna uma força integradora, ordenadora e – ao menos, na teoria – inquestionável.⁴⁵

Na casa de pedra: os potentados bantu

Ao sairmos dos domínios mandê, nos deparamos com realidades históricas muito menos conhecidas ou exploradas. Enquanto é possível reconstruir ao menos

⁴⁵ Mesmo que esta gramática do poder envolva a obediência ao papel espiritual do Mansã, a prática política segue suas próprias contingências. Assim, não era incomum que o trono do Mali passasse por constantes crises de sucessão e usurpação. Por vezes, crises políticas poderiam ser explicadas, também, através de desígnios metafísicos. Cf. MASONEN, P. **The Negroland Revisited: Discovery and Invention of the Sudanese Middle Ages**. Helsinki: Finnish Academy of Science and Letters, 2000.

a linha sucessória dos Mansã do Mali a partir de relatos externos e internos, o mesmo não pode ser dito das sociedades bantu que se espalham pela costa oriental, pela bacia do Congo e pela bacia do Zambeze. Antes do século XVI, pouquíssimas fontes demonstram qualquer conhecimento acerca das comunidades políticas do interior da África Central e Austral – e, de maneira semelhante, as tradições orais destas localidades não foram estudadas ou tratadas na mesma medida em que foram as tradições orais dos *jãliw* mandinga.⁴⁶ Resta-nos, portanto, uma narrativa lacônica, um quebra-cabeça histórico que conta tão somente com algumas peças arqueológicas. Dessa maneira, seria possível tornar essa narrativa mais eloquente a partir da comparação com algumas das estruturas de poder dos mais conhecidos mandê? Para responder essa pergunta, precisamos antes localizar, historicamente, o que sabemos sobre um dos mais importantes domínios bantu da África ao Sul do Saara: o Grande Zimbabwe.

O que chamamos de Grande Zimbabwe é, na verdade, a ruína de uma cidade fortificada na região de Masvingo, no atual Zimbábue. Composta de torres e muralhas de tijolo de pedra, a ruína do Grande Zimbabwe é uma das mais de 200 que podem ser encontradas entre os rios Zambeze e Limpopo (ou seja, atuais Zimbábue e Botsuana). Construídas seguindo um estilo arquitetônico semelhante, estas edificações de pedra revelam que havia uma esfera de influência cultural e estética na região – logo, não estamos falando de cidades isoladas, mas sim de uma rede urbana mais ampla. A data de fundação e ocupação destes centros é elusiva, ainda que saibamos que muitas delas foram abandonadas antes do século XVI, enquanto algumas outras prosperaram e formaram “reinos” independentes que perduraram até os séculos XVIII e XIX, como no caso do *Rozvi*, centrado na região de Bulawayo (sul do Zimbábue), ou do *Mwéné we Mutapa*, conhecido em português como “Império de Monomotapa”, que se estendia pelos atuais Zimbábue, África do Sul, Zâmbia e Moçambique.⁴⁷ Dessa forma, através de vestígios arqueológicos, supõe-se que esta sucessão “imperial” na bacia do Zambeze é fruto das sucessivas movimentações bantu ao longo do continente. Como vimos anteriormente, os

⁴⁶ FONTEIN, J. **The Silence of Great Zimbabwe: Contested Landscapes and the Power of Heritage**. Milton Park: Routledge, 2016.

⁴⁷ Para uma narrativa das sucessões políticas da região do Zimbábue, ver BEACH, D. N. **The Shona and Zimbabwe: 900-1850**. Gwenu: Mambo Press, 1984.

bantu, assim como os mandê, são um grupo etnolinguístico derivado do estrato nígero-congolês, cuja *Urheimat* estava provavelmente localizada na atual Nigéria. Ao longo de séculos (ou milênios), vários grupos falantes de idiomas bantu foram sucessivamente ocupando a África Central, a África Oriental e, por fim, a África Austral – esta última, provavelmente ocupada em algum momento entre os séculos III e V EC.⁴⁸

Com a chegada destes grupos bantu no sul e no sudeste africano, dois processos parecem ter sido operados: o deslocamento dos habitantes nativos, como os cóis, os !xun e os !xam para o oeste (especialmente para o deserto do Kalahari)⁴⁹ e a ocupação socialmente estratificada de terras altas (aristocracias) e terras baixas (resto da comunidade). Estas terras altas eram, geralmente, pequenos morros ou formações líticas chamadas de *Kopje*, ou “cabeça” em idioma africâner – por isso, uma das primeiras culturas arqueológicas bantu-cói da região foi nomeada como *Leopard's Kopje*, “Cabeça de Leopardo”.⁵⁰

Os vestígios mais antigos da cultura *Leopard's Kopje* são encontrados em um pequeno morro (*Kopje*) chamado K2, na região da Matabelelândia, e vestígios posteriores foram descobertos nos morros de Bambandyanalo e Mapungubwe (na mesma região). Estima-se que K2 tenha se formado no século X, enquanto Bambandyanalo e Mapungubwe seriam do século XI. Em algum momento do século XIII, estas localidades teriam sido abandonadas e suas populações teriam migrado para o Grande Zimbábue – que, por sua vez, teria sido abandonado no século XV em favor de outras cidades da região.⁵¹

A linearidade e o primitivismo evocados por esta narrativa chamam a atenção. A construção do discurso arqueológico sobre as culturas pré-Modernas do Zimbábue tem sua origem no fim do século XIX e início do século XX, momento em

⁴⁸ SHILLINGTON, K. **History of Africa**. Londres: Red Globe Press, 2019. p. 136-154.

⁴⁹ Cóis, !xun e !xam são grupos étnicos nativos das regiões sul da África e, portanto, não pertencem ao tronco nígero-congolês. Grande parte dos idiomas destes grupos contém consoantes-cliques, isto é, tipos diferentes de cliques com a língua se tornam fonemas independentes. Para fins de transcrição, sinais como ||!ǀ representam diferentes consoantes-cliques. Para mais, ver MILLER, A. The Representation of Clicks. In: OOSTENDORP, M. v. (org.). **The Blackwell Companion to Phonology**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2011. p. 451-474.

⁵⁰ HUFFMAN, T. N. Leopard's Kopje and the nature of the Iron Age in bantu Africa. **Zimbabwea**, Harare, v. 1, n. 1, p. 28-35, 1984.

⁵¹ HUFFMAN, T. N.; VOGEL, J. C. The Chronology of Great Zimbabwe. **The South African Archaeological Bulletin**, Vlaeberg, v. 46, n. 154, p. 61-70, 1991.

que a construção do conhecimento acadêmico andava de mãos dadas com o projeto do imperialismo europeu. No caso específico do sul e do sudeste africano, o *Apartheid* atuava como agência formadora deste projeto, e seus ecos são sentidos na investigação histórica e arqueológica: como a ideologia colonial propunha o pioneirismo regional dos holandeses no século XVII e dos ingleses no século XVIII, qualquer traço que evocasse um passado considerado civilizado, grandioso e complexo era visto com ceticismo.⁵² O efeito desta postura nos estudos da cultura do Grande Zimbabwe é gritante: tem-se, assim, a ideia de uma ocupação primitiva de alguns poucos espaços que, logo, seriam abandonados em favor de outros. Este abandono decorreria de questões ambientais, demonstrando a incapacidade dos habitantes locais em gerir recursos e agricultura face à adversidade natural. Contudo, esta explicação linear (K2 – Bambandyanalo – Mapungubwe – Grande Zimbábue) ignora, por exemplo, as outras centenas de cidades da região, a complexidade de alguns achados arqueológicos e, acima de tudo, ignora a inserção contextual destes potentados bantu na história do continente africano.

Os achados arqueológicos são nossa primeira pista para romper com a narrativa colonial e perceber a dimensão da sociedade do Zimbabwe. Estudos recentes revelam que contas de vidro datadas do século VI ou VII foram encontradas por toda extensão da África Austral, de Chibuene (Moçambique) até Kaitshàa (Botsuana).⁵³ Estes conjuntos de contas possuem composições químicas e estilos semelhantes, o que revela certa homogeneidade no padrão de importação e transmissão destes materiais, da costa oriental até os limites orientais do Kalahari. Esta informação, aliada ao nosso conhecimento acerca das práticas comerciais das cidades portuárias da Costa Suaíli, revela a possibilidade não apenas de que os bantu do Zimbabwe mantivessem rotas de comércio com centros suaíli (como Chibuene e Sofala), mas também de que a estruturação destas sociedades seja muito mais antiga do que pensamos – o trânsito das contas de vidro precede a datação tradicional de *Leopard's Kopje* em mais de 300 anos.

⁵² SCHOEMAN, M. H.; PIKIRAYI, I. Repatriating more than Mapungubwe human remains: archaeological material culture, a shared future and an artificially divided past. **Journal of Contemporary African Studies**, Londres, v. 29, n. 4, p. 389-403, 2011.

⁵³ WILMSEN, E. et al. Chemical Analyses of Glass Beads from Two Early Iron Age sites in Zimbabwe: Zhizo Hill and Makuru. **Azania: Archaeological Research in Africa**, Londres, v. 53, n. 3, p. 369-382, 2018.

Outros produtos comercializados no *Mercado das Monções* do Oceano Índico reforçam este argumento. Escrevendo no século X, o geógrafo árabe al-Mas'ūdī afirma que as cidades de *Zanjī*, isto é, da Costa Suaíli, eram especializadas na exportação de marfim, casco de tartaruga e ouro (em troca, geralmente, de tecidos, perfumes e contas de vidro).⁵⁴ Tanto o marfim quanto o ouro que saíam da Costa Suaíli eram obtidos no interior africano – justamente no vale do Zambeze. A partir desta informação, duas conclusões podem ser propostas: a primeira é a de que as sociedades do interior africano – as comunidades da cultura do Zimbabwe, portanto – eram amplas e organizadas o suficiente para manter comércio regular com a Costa Suaíli através de Sofala e Chibuene; a segunda é a de que as sociedades do Zimbabwe possuíam domínio de extração de ouro e de avançada metalurgia.⁵⁵ Ademais, é interessante notar que as minas de ouro do vale do Zambeze estão localizadas à oeste do Grande Zimbabwe – mais precisamente nas cidades de Nalatale, Dhlodhlo, Khami e Chumnungwa.⁵⁶ Assim, ao levarmos em consideração que o Grande Zimbabwe não foi construído diretamente sobre minas de ouro, mas é o ponto de saída destes minerais para Sofala, podemos argumentar que esta cidade possivelmente exercia autoridade sobre aquelas que efetivamente mineravam o ouro (como Nalatale ou Khami) ou, ao menos, exercia autoridade sobre o comércio e a distribuição de exportações e importações.

Temos, assim, um cenário hipotético (ou, nas palavras de David Beach, uma “Arqueologia Cognitiva” e uma “História Imaginaria”):⁵⁷ antes de ser uma série linear de pequenos assentamentos, a cultura do Zimbabwe contempla um grande número de sociedades espalhadas pelo Vale do Zambeze; estas sociedades não se organizam somente em Bambandyanalo, Mapungubwe ou Zimbabwe, mas sim em centenas de centros urbanos. Parte destes centros urbanos trabalhava na mineração do ouro que, em seguida, era transportado ao Grande Zimbabwe e seguia para Sofala ou Chibuene. Em troca, os mercadores do Zambeze recebiam

⁵⁴ FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. **The East African Coast**: Select Documents from the First to the Earlier Nineteenth Century. Oxford: Clarendon Press, 1962. p. 14-17.

⁵⁵ BANDAMA, F. et al. The Production, Distribution and Consumption of Metals and Alloys at Great Zimbabwe. **Archaeometry**, Oxford, v. 58, p. 164-181, 2016.

⁵⁶ PHIMISTER, I. R. Ancient Mining near Great Zimbabwe. **Journal of the Southern African Institute of Mining and Metallurgy**, Pretória, v. 74, n. 6, p. 233-237, 1974.

⁵⁷ BEACH, D. Cognitive Archaeology and Imaginary History at Great Zimbabwe. **Current Anthropology**, Chicago, v. 39, n. 1, p. 47-72, 1998.

tecidos e contas de vidro que, da capital, eram encaminhados para toda a região, chegando inclusive à fronteira do Kalahari. É possível que este comércio tenha ocorrido entre os séculos VI/VII e XV – e centrado em diferentes capitais durante estes quase mil anos (como Bambandyanalo e Mapungubwe). Contudo, pela dimensão, imponência e riqueza específicas ao Grande Zimbabwe, sabemos que o ápice deste processo se deu entre os séculos XIII e XIV.⁵⁸

Através da arqueologia, portanto, é possível reimaginar o Grande Zimbabwe não como um ponto urbano isolado em uma sucessão de assentamentos, mas como a capital de uma esfera de influência cultural que se estendia por todo sudeste africano. Estaríamos falando, então, de um “império” no Zambeze, um potentado bantu cujo esplendor, tal qual no caso do Mali, se deu no século XIV. Contudo, se podemos conjecturar sobre a existência de um “Império do Zambeze” através da evidência material, esta documentação não permite que entendamos com precisão as bases simbólicas e ideológicas que sustentavam a cultura do Zimbabwe. Temos, sim, evidência o suficiente para pensar as estruturas ideológicas do posterior *Mwéné we Mutapa*, mas como nos explica David Beach, os domínios de Mutapa possuem tradições orais que foram retrabalhadas, reinventadas e relocadas para a realidade dos séculos XVIII e XIX de tal forma que pouco revelam sobre a História do Grande Zimbabwe ou de Mapungubwe.⁵⁹

Assim, para pensar os aspectos mais simbólicos da gramática de poder do “Império do Zambeze” no século XIV, temos somente uma quantidade diminuta e lacônica de evidência material. Para além de restos de animais (indicando a criação de gado) e de alguns cemitérios, temos os objetos de ouro que foram encontrados no *Kopje* de Mapungubwe (um cetro, um elmo e uma bacia decorada com pequenos animais, incluindo o famoso “rinoceronte de ouro”)⁶⁰ e as aves míticas que foram

⁵⁸ Apesar dos principais achados arqueológicos serem dos séculos XIII e XIV, relatos portugueses, como o *Décadas de Ásia* de João de Barros, nos mostram que o Grande Zimbabwe estava desabitado no século XVI. Provavelmente, no século XV, a hegemonia na região passou a ser exercida por outros grupos (*Mwéné we Mutapa*) ou a partir de outras cidades (como Khami ou Butwa). Para mais, ver BARROS, J. **Dos feitos que os Portugueses fizeram na Conquista e Descobrimto das terras e Mares do Índico**. Primeira Década. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

⁵⁹ BEACH, D. Cognitive Archaeology and Imaginary History at Great Zimbabwe. *Current Anthropology*, v. 39, n. 1, p. 47-72, 1998. p. 48-49.

⁶⁰ DUFFEY, A. Mapungubwe: Interpretation of the Gold Content of the Original Gold Burial M1, A620. *Journal of African Archaeology*, v. 10, n. 2, p. 175-187, 2012.

esculpidas em colunas de pedra sabão no Grande Zimbabwe.⁶¹ Não sabemos qual é o contexto histórico destes achados, o que torna qualquer interpretação apenas conjectural. Uma possibilidade é de que os animais de ouro e as aves de pedra funcionassem como distintivos identitários, expressões estéticas que pudessem representar estratificação da sociedade ou, ainda, o poder do *Mwéné*, “governante”.⁶²

Uma gramática do poder africano: entre mandês e bantus

Vimos, acima, alguns dos aspectos formadores das estruturas de poder entre os mandê e, na medida do possível, entre os bantu. Seria possível, a partir desta exposição, realizar uma operação comparativa para que aspectos desconhecidos da História do Grande Zimbabwe possam ser inferidos? Afinal, como expõe José D’Assunção Barros, com a História Comparada, temos o potencial de “iluminar um objeto ou situação a partir de outro, mais conhecido, de modo que o espírito que aprofunda esta prática comparativa dispõe-se a fazer analogias, a identificar semelhanças e diferenças entre duas realidades, a perceber variações de um mesmo modelo.”⁶³ Assim, o mais conhecido “Império do Mali” tem, sim, o potencial de iluminar o menos conhecido “Império do Zambeze”. Para isso, levantemos primeiro as razões que tornam esta comparação possível: ambos potentados são os principais representantes políticos dos mais populosos grupos linguísticos da África (mandê e bantu, dois troncos do nígero-congolês); ambos potentados atingem seus ápices no século XIV; ambos potentados constroem hegemonias regionais a partir do comércio de ouro com outros vizinhos africanos; e ambos potentados formam, do ponto de vista historiográfico, a “Idade Média ao Sul do Saara”.

Dentre as razões levantadas, temos já um elemento histórico que une Mali e Zimbabwe: a posse do ouro. Enquanto a riqueza mineral do Mali chamou a atenção

⁶¹ HUBBARD, P. The Zimbabwe Birds: Interpretation and Symbolism. **Honeyguide**, Harare, v. 55, n. 2, p. 109-116, 2009.

⁶² A partir das evidências linguísticas e arqueológicas, acredita-se que a região do Vale do Zambeze foi ocupada por um povo bantu chamado Shona. No idioma chiShona, *Mwéné* significa “senhor”, de onde advém o termo *Mwéné we Mutapa*, “Senhor da Terra”. Para mais, ver DALE, D. **Duramazwi: A Basic Shona-English Dictionary**. Gweru: Mambo Press, 1999. p. 146.

⁶³ BARROS, J. A. B. História Comparada: um Novo Modo de Ver e Fazer a História. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007. p. 5.

de al-'Umarī, a riqueza mineral do Zimbabwe chamou a atenção (indiretamente) de al-Mas'ūdī, evidenciando que a pujança e o comércio subjacente inseriam, em maior ou menor medida, estas sociedades no circuito de rotas transaarianas e índicas, respectivamente. O influxo do ouro do Mali permitiu que o Mansā sedimentasse sua autoridade enquanto beneficiador de seus súditos e cria-se, para si mesmo, uma visualidade de poder impactante, como evidencia o relato de al-'Umarī. A grandiosidade das edificações do Grande Zimbabwe (quando comparada com outras cidades do vale do Zambeze), a distinção arquitetônica de alguns de seus espaços e a acuidade artística das aves de pedra que decoravam estes espaços revelam, se tomarmos o Mali como analogia, que o fluxo de ouro também foi responsável pela afirmação do *Mwéné* como senhor beneficiador.⁶⁴

O ouro do Mali e a autoridade do Mansā sobre sua comunidade auxiliaram na expansão do *Mànden Kúurufáaba* por quase toda bacia do Níger, e esta hegemonia foi assegurada e mantida por um numeroso corpo de súditos, escravizados e guerreiros – a força militar era um dos pilares do poder mandê. Ainda que não tenhamos como estipular, com acurácia, que o Zimbabwe repetia o padrão marcial do Mali, talvez não seja exagerado argumentar que o controle sobre as minas de ouro da região e a hegemonia que se expandiu por todo o sudeste africano (revelada na arquitetura e na cultura material das centenas de ruínas do Zimbábue) revele, sim, a ascendência militar do *Mwéné* e sua importância para a manutenção do “Império do Zambeze” em seu ápice.

Seguindo esta mesma linha, lembremo-nos que no postulado de José Rivair Macedo acerca das estruturas políticas do Mali, tínhamos além do comércio e do poder militar, uma rede administrativa baseada na delegação de poder entre os *Farbā* e os *Qāḍi*. Novamente, não temos condições de afirmar se o mesmo ocorria no Zimbabwe. Contudo, é possível argumentar, como visto anteriormente, que a cidade do Grande Zimbabwe erigiu-se entre as minas do vale do Zambeze e a rota para Sofala, implicando que este centro funcionaria como um gargalo nas permutas entre a Costa Suaíli e o interior africano (rotas estas que, lembremo-nos,

⁶⁴ Para mais sobre as possibilidades de análise acerca dos espaços arquitetônicos do Grande Zimbabwe, ver HUFFMAN, T. N. Snakes and Birds: Expressive Space at Great Zimbabwe. **African Studies**, Londres, v. 40, n. 2, p. 131-150, 1981.

provavelmente alcançava o Kalahari).⁶⁵ Se, a partir de suas grandes muralhas de pedra, o *Mwéné* poderia gerenciar a ida e vinda de ouro, vidro e marfim, é bastante possível que ele empregasse oficiais, tal qual o Mansã o fazia no Mali.

Diante dessas informações, resta ainda discutir a natureza do poder do *Mwéné*. A arqueologia nos mostra que a cultura do Zimbabwe possivelmente passou por um processo de estratificação social desde, pelo menos, a época que Mapungubwe era ocupada, por volta do século X ou antes. Os animais de ouro de Mapungubwe e as aves de pedra do Zimbabwe apontam, também, para a construção de uma identidade estética – possivelmente aristocrática – e para uma provável operação de sacralização das camadas governativas.⁶⁶ Assim, enquanto o Mansã evocava seu poder através, por exemplo, do trono de ébano e das decorações em marfim, talvez o *Mwéné* fizesse o mesmo a partir de grandes salões de pedra e das decorativas aves esculpidas. Da mesma forma, se o Mansã delimitava seu papel metafísico a partir da exclusividade de sua fala e sua voz, talvez não seja exagero pensar que a estrutura arquitetônica e enclausurada do Grande Zimbabwe servisse também como estratégia de afastamento social do *Mwéné*, como forma de garantir sua exclusividade diante da comunidade.⁶⁷ Por fim, a comparação entre o Mansã e o *Mwéné* poderia apontar também para a sacralização do governante do Zimbabwe como fiador da ancestralidade, isto é, como guardião da tradição e receptáculo dos espíritos dinásticos. Ainda que não tenhamos evidência o suficiente para suportar esta afirmação, a comparação histórica pode oferecer esta alternativa interpretativa.

Assim, ao colocarmos o “Império do Mali” e o “Império do Zambeze” lado a lado, temos uma visão geral das estratégias de poder e da sustentação política de dois dos principais potentados africanos do século XIV. Ambos nos mostram que, nas sociedades mandê e bantu, o exercício da autoridade envolvia o capital humano: mais importante do que a posse de terra, era necessário que Mansãs e *Mwéné*s controlassem exércitos treinados e mantivessem um constante fluxo de

⁶⁵ BALSAN, F. Ancient Gold Routes of the Monomotapa Kingdom. **The Geographical Journal**, Londres, v. 136, n. 2, p. 240-246, 1970.

⁶⁶ HUFFMAN, T. N. Mapungubwe and Great Zimbabwe: The origin and spread of social complexity in southern Africa. **Journal of Anthropological Archaeology**, Amsterdam, v. 28, n. 1, p. 37-54, 2009.

⁶⁷ *Ibidem*.

súditos e escravizados. Esta autoridade sobre homens e mulheres emanaria do líder para seus oficiais posicionados em diferentes partes do espaço de hegemonia – assim, legisladores e administradores de confiança funcionariam como uma extensão do governante, fazendo com que Mansãs e *Mwénés* estivessem presentes, em essência, por toda a comunidade. A manutenção destes exércitos e delegados administrativos era suprida, materialmente, pelas minas de ouro que abundavam tanto nas margens do Níger e do Zambeze. Os suprimentos minerais africanos permitiam que Mali e Zimbabwe (via Costa Suaíli) estivessem inseridos nas grandes trocas transaarianas e índicas, de forma que pudessem importar produtos de valor simbólicos para suas comunidades, como contas de vidros e tecidos indianos e persas – portanto, o ouro era fundamental para garantir a chegada de materiais externos e socialmente distintivos, não necessariamente para o enriquecimento interno.⁶⁸ A partir destes processos, os governantes mandê e bantu poderiam criar uma exuberante vitrine de poder, reforçando seu papel ancestral e sedimentando, visualmente, sua função metafísica, isto é, a mediação espiritual do passado ancestral reavivado no presente.

Em outras palavras, o poder africano no século XIV dependia de uma gramática própria para exercer hegemonia sobre diferentes espaços, cidades e nações. Parece-nos que esta gramática era baseada nos princípios de posse de capital humano (mais importante do que efetivo controle geográfico), de políticas de delegação, de controle mineral para obtenção de bens importados (e capazes de criar distinção social) e, acima de tudo, de orientação ancestral. Este último ponto é fundamental para que entendamos a lógica das comunidades nígero-congolesas. Mesmo a proximidade com o Islã – o potentado do Mali surgiu já como um potentado muçulmano, por exemplo – não aculturou mandês e bantus; pelo contrário, o Islã foi integrado às crenças ancestrais, que possuem valor central para a ordenação da sociedade, visto que definiam noções de história, de tempo e de

⁶⁸ LaVIOLETTE, A. Swahili Cosmopolitanism in Africa and the Indian Ocean World, A.D. 600-1500. *Archaeologies*, v. 4, n. 1, p. 24-49, 2008; MUSCALU, I. P. O. "**Donde o Ouro vem**": Uma História Política do Reino do Monomotapa a partir das Fontes Portuguesas (Século XVI). Orientadora: Maria Cristina Cortez Wissenbach. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. p. 36-40; WYNNE-JONES, S. *A Material Culture: Consumption and Materiality on the Coast of Precolonial East Africa*. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 4-11.

pertença comunitária. Portanto, a principal tônica da gramática de poder africano residia na especificidade de sua relação com o passado ancestral, com as tradições orais, com os espíritos dinásticos na mobilização destes elementos para a construção da imagem do governante e de sua função no centro destas sociedades.

As especificidades da gramática do poder africano são de difícil acesso documental. Por isso, a História Comparada pode ser um importante caminho de investigação. O desconhecimento sobre o passado pré-Moderno da África ao Sul do Saara fez com que, em termos acadêmicos, estes espaços fossem negligenciados por historiadores e historiadoras, mas os processos de comparação auxiliam a integração destas narrativas históricas esquecidas e desconhecidas. Por este meio, podemos tecer algumas generalizações dentro das realidades nígero-congolesas e melhor compreender, por exemplo, o peso e a importância de um potentado como o “Império do Zambeze”. Desta forma, podemos dizer que há, sim, o *Medieval* ao Sul do equador, mas este *Medieval* não é aquele dos reinos europeus, tampouco é marca de barbarismo ou atraso. A ascensão de “Impérios Africanos” marca o tempo da própria África, de uma Era de Ouro onde práticas políticas ganham forma e gramáticas de poder se definem. Talvez não seja epistemologicamente prudente chamar esta África, do Mali e do Zimbábue, de *Medieval*, mas também não é prudente esquecer que estes potentados são parte integral e fundamental da História da *Afroeurásia*. Há muito para ser dito e estudado no que concerne à África ao Sul do Saara no século XIV, e por meio deste exercício de História Comparada, pretendi evidenciar alguns aspectos gerais do que poderia ser entendido como uma “gramática do poder africano”, isto é, as estruturas práticas e discursivas, os códigos que regem o exercício da política ao Sul da Saara. Entendendo que a pluralidade social e cultural que colore as sociedades entre as curvas do Níger, ao norte, e do Zambeze, ao sul, é imensa, me dediquei a explorar as generalidades de duas forças hegemônicas do século XIV – visto que esta hegemonia permite, com mais precisão, suposições nos modelos de exercício de poder. Acredito que, na compreensão destas especificidades, reside o potencial para que integremos as porções austrais da África à nossas análises da pré-Modernidade. Assim, creio que, mais do que um *Medieval* ao sul do equador, há uma *História* ao sul do equador que merece ser visitada.

Referências bibliográficas

Fontes Primárias

BARROS, J. **Dos feitos que os Portugueses fizeram na Conquista e Descobrimento das terras e Mares do Índico**. Primeira Década. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1932.

FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. **The East African Coast: Select Documents from the First to the Earlier Nineteenth Century**. Oxford: Clarendon Press, 1962. p. 14-17.

THE TRAVELS of Ibn Battuta, AD 1325-1354. Translation of GIBB, H. A. R. and BECKINGHAM, C. F. Surrey: Ashgate, 2010. v. 4.

LEVTZION, N.; HOPKINS, J. F. P. (ed.). **Corpus of Early Arabic Sources for West African History**. Princeton: Markus Wiener Publishers, 2011.

NIANE, D. T. **Sundiata: an Epic of Old Mali**. Burnsville: Demco Media, 1995.

SAKO, A. **The Epic of Sumanguru Kante**. Edition of BULMAN, S. and translation of VYDRIN, V. F. Boston: Brill, 2017.

Sites

[Esquisse d'une copie partielle de l'atlas catalan de Charles V (1375) / dressé par Cresques le Juif]. *Gallica*, Bibliothèque Nationale de France. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b55002481n>. Acesso em: 28/09/2020.

Fontes Secundárias

ALTSCHUL, N. R. Postcolonialism and the Study of the Middle Ages. **History Compass**, Hoboken, v. 6, n. 2, p. 588-606, 2008.

BALSAN, F. Ancient Gold Routes of the Monomotapa Kingdom. **The Geographical Journal**, Londres, v. 136, n. 2, p. 240-246, 1970.

BANDAMA, F. et al. The Production, Distribution and Consumption of Metals and Alloys at Great Zimbabwe. **Archaeometry**, Oxford, v. 58, p. 164-181, 2016.

BARROS, J. A. B. História Comparada: um Novo Modo de Ver e Fazer a História. **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-30, 2007.

BEACH, D. N. Cognitive Archaeology and Imaginary History at Great Zimbabwe. **Current Anthropology**, Chicago, v. 39, n. 1, p. 47-72, 1998.

BEACH, D. N. **The Shona and Zimbabwe: 900-1850**. Gwenu: Mambo Press, 1984.

BELL, N. M. The Age of Mansa Musa of Mali: Problems in Succession and Chronology. **The International Journal of African Historical Studies**, Boston, v. 5, n. 2, p. 221-234, 1972.

BOUBOU, H.; KI-ZERBO, J. Lugar da História na Sociedade Africana. *In*: KI-ZERBO, J. (org.). **História Geral da África I. Metodologia e Pré-História Africana**. Brasília: UNESCO, 2010. p. 23-36.

CURTIN, P. D. The Lure of Bambuk Gold. **The Journal of African History**, Cambridge, v. 14, n. 4, p. 623-631, 1973.

DALE, D. **Duramazwi: A Basic Shona-English Dictionary**. Gweru: Mambo Press, 1999.

DENISOV, A. Scythia as the Image of a Nomadic Land on Medieval Maps. **Studia Uralo-Altaica**, Szeged, v. 53, p. 73-83, 2019.

DIAGANA, O. M. **Dictionnaire Soninké-Français**. Paris: Karthala, 2013.

DIMMENDAAL, G. J. Areal Diffusion versus Genetic Inheritance: An African Perspective. *In*: AIKHENVALD, A. Y.; DIXON, R. M. W. (org.). **Areal Diffusion and Genetic Inheritance: Problems in Comparative Linguistics**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 358-392.

DUFFEY, A. Mapungubwe: Interpretation of the Gold Content of the Original Gold Burial M1, A620. **Journal of African Archaeology**, v. 10, n. 2, p. 175-187, 2012.

DUMESTRE, G. **Dictionnaire Bambara-Français, suivi d'un index abrégé Français-Bambara**. Paris: Karthala, 2011.

DUNBAR, A. R. **A History of Bunyoro-Kitara**. Oxford: Oxford University Press, 1965.

FAGE, J. D.; TORDOFF, W. **A History of Africa**. Milton Park: Routledge, 2002.

FLORIN, J. L. Prefácio. *In*: PETTER, M. (org.). **Introdução à Linguística Africana**. São Paulo: Editora Contexto, 2015. p. 9-12.

FONTAIN, J. **The Silence of Great Zimbabwe: Contested Landscapes and the Power of Heritage**. Milton Park: Routledge, 2016.

FOURSHEY, C. C.; GONZALES, R. M.; SAIDI, C. **África Bantu: de 3500 a.C. até o Presente**. Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

GEARY, P.; KLANICZAY, G. (org.). **Manufacturing Middle Ages: Entangled History of Medievalism in Nineteenth-Century Europe**. Leiden: Brill, 2013.

GOMEZ, M. A. **African Dominion: A New History of Empire in Early and Medieval West Africa**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

HALL, M.; STEFOFF, R. **Great Zimbabwe**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 18-40.

HAMPÂTÉ BÂ, A. A tradição viva. *In*: KI-ZERBO, J. (org.) **História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África**. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982. p. 181-218.

HUBBARD, P. The Zimbabwe Birds: Interpretation and Symbolism. **Honeyguide**, Harare, v. 55, n. 2, p. 109-116, 2009.

HUFFMAN, T. N.; VOGEL, J. C. The Chronology of Great Zimbabwe. **The South African Archaeological Bulletin**, Vlaeberg, v. 46, n. 154, p. 61-70, 1991.

HUFFMAN, T. N. Mapungubwe and Great Zimbabwe: The origin and spread of social complexity in southern Africa. **Journal of Anthropological Archaeology**, Amsterdam, v. 28, n. 1, p. 37-54, 2009.

HUFFMAN, T. N. Leopard's Kopje and the nature of the Iron Age in Bantu Africa. **Zimbabwea**, Harare, v. 1, n. 1, p. 28-35, 1984.

HUFFMAN, T. N. Snakes and Birds: Expressive Space at Great Zimbabwe. **African Studies**, Londres, v. 40, n. 2, p. 131-150, 1981.

JANSEN, J. The Representation of Status in Mande: Did the Mali Empire Still Exist in the Nineteenth Century?. **History in Africa**, Cambridge, v. 23, p. 87-109, 1996.

LaVIOLETTE, A. Swahili Cosmopolitanism in Africa and the Indian Ocean World, A.D. 600-1500. **Archaeologies**, v. 4, n. 1, p. 24-49, 2008.

LEVTIZION, N. The Thirteenth- and Fourteenth-Century Kings of Mali. **The Journal of African History**, Cambridge, v. 4, n. 3, p. 341-353, 1963.

LIŠČÁK, V. Mapa Mondí (Catalan Atlas of 1375), Majorcan Cartographic School, and 14th Century Asia. **Proceedings of the ICA**, v. 1, p. 4-8, 2017.

MACEDO, J. R. **História da África**. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

MASONEN, P. **The Negroland Revisited: Discovery and Invention of the Sudanese Middle Ages**. Helsinki: Finnish Academy of Science and Letters, 2000.

M'BOKOLO, E. **África Negra: História e Civilizações**. Salvador: EDUFBA, 2008. T. 1. (até o Século XVIII).

McKISSACK, P.; McKISSACK, F. **The Royal Kingdoms of Ghana, Mali and Songhay: Life in Medieval Africa**. Nova Iorque: Henry Holt & Company, 1994.

MILLER, A. The Representation of Clicks. *In*: OOSTENDORP, M. v. (org.) **The Blackwell Companion to Phonology**. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2011. p. 451-474.

MONTEIL, C. La Légende du Ouagadou et l'origine des Soninké. **Mémoires de l'Institut français d'Afrique noire**, Dakar, n. 23, p. 359-408, 1953.

MOTE, F. W. **Imperial China 900-1800**. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

MUSCALU, I. P. O. "**Donde o Ouro vem**": Uma História Política do Reino do Monomotapa a partir das Fontes Portuguesas (Século XVI). Orientadora: Maria Cristina Cortez Wissenbach. 2011. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

NOGUEIRA, M. G. O "Obrador" do Judeus Cresques Abraham. Um Estudo sobre a Cartografia Medieval Maiorquina (Século XIV). **Revista de História**, São Paulo, n. 176, p. 1-24, 2017.

PANTOJA, S. **Uma Antiga Civilização Africana: História da África Central Ocidental**. Brasília: Editora UnB, 2011.

PHIMISTER, I. R. Ancient Mining near Great Zimbabwe. **Journal of the Southern African Institute of Mining and Metallurgy**, Pretória, v. 74, n. 6, p. 233-237, 1974.

SCHMIEDER, F. Geographies of Salvation: How to read Medieval Mappae Mundi. **Peregrinations: Journal of Medieval Art and Architecture**, Gambier, v. 6, n. 3, p. 21-42, 2018.

SCHOEMAN, M. H.; PIKIRAYI, I. Repatriating more than Mapungubwe human remains: archaeological material culture, a shared future and an artificially divided past. **Journal of Contemporary African Studies**, Londres, v. 29, n. 4, p. 389-403, 2011.

SHILLINGTON, K. **History of Africa**. Londres: Red Globe Press, 2019.

SILVEIRA, A. D. História Global da Idade Média: Estudos e Propostas Epistemológicas. **Roda da Fortuna: Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo**, v. 8, n. 2, p. 210-236, 2019.

VYDRIN, V. Toward a Proto-Mande reconstruction and an etymological dictionary. *In*: POZDNIakov, K. (org.) **Faits de Langues**. Leiden: Brill, 2016. p. 109-123.

WILMSEN, E. et al. Chemical Analyses of Glass Beads from Two Early Iron Age sites in Zimbabwe: Zhizo Hill and Makuru. **Azania: Archaeological Research in Africa**, Londres, v. 53, n. 3, p. 369-382, 2018.

WYNNE-JONES, S. **A Material Culture: Consumption and Materiality on the Coast of Precolonial East Africa**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

Recebido: 12/10/2020
Aprovado: 01/03/2021